

São Paulo, 17 de novembro de 2003.

CARTA ABERTA À COMUNIDADE

A comunidade espeleológica convida as comunidades locais residentes nas áreas próximas ao Petar para entrar com uma petição para pedir um termo de ajustamento de conduta (acordo) com o objetivo de reduzir o risco de fechamento do Parque, propondo medidas que garantam a segurança do turismo e a preservação do meio ambiente.

É de conhecimento público a existência de dois procedimentos na Justiça envolvendo a situação atual do Petar, conforme explicado em reunião que nós, representantes da espeleologia, realizamos no primeiro final de semana de novembro.

Antes de mais nada, relembramos que, conforme explicado na reunião, estes procedimentos não são 'processo' no sentido técnico da palavra, pois não há ainda a figura do juiz. São procedimentos anteriores a uma ação propriamente dita.

Um dos procedimentos é uma representação feita pelo CECAV em 1998, e que, ao que tudo indica, ficou todos esses anos arquivada, até que, provavelmente em decorrência do acidente da Casa de Pedra, o procurador de Santos resolveu desarquivar o procedimento, chamando representantes da espeleologia, o responsável pelo parque, membros do CECAV e representante do Instituto Florestal para uma reunião, que foi realizada em agosto.

Nesta reunião foi discutido basicamente como está sendo realizado o turismo no parque, se há controle, se há alguma forma de selecionar os turistas por idade, capacidade física, etc, se o parque fornece equipamentos, como funciona o resgate, se há fiscalização, enfim, vários aspectos referentes ao turismo foram abordados nesta reunião que ocorreu em Santos. No final da reunião, o procurador de Santos deixou bem claro que: ou se elaboraria um plano de manejo para o parque, ou o parque deveria ser fechado. Nós, representantes da espeleologia, somente tivemos conhecimento deste procedimento de Santos em agosto deste ano, quando fomos convidados a participar da reunião.

Paralelamente, o promotor de Eldorado instaurou este ano (2003) um inquérito civil visando verificar possíveis irregularidades na atividade turística realizada no parque. Como representantes da comunidade espeleológica, estamos acompanhando este procedimento através de conversas telefônicas. O promotor de Eldorado informou que vem emitindo ofícios a diversas entidades para entender o que está ocorrendo no parque, mas que as respostas são sempre genéricas, o que está dificultando muito o seu trabalho.

Por conta desta situação, a comunidade espeleológica, temendo uma atitude drástica, como o fechamento do parque ou a adoção de medidas incompatíveis com a realidade da região, resolveu elaborar uma manifestação para ajudar a investigação dos promotores, solicitando que fossem tomadas medidas capazes de administrar o turismo e promover o desenvolvimento saudável do local.

Após amplas discussões entre espeleólogos, foi elaborada uma petição. Reconhecendo o interesse da comunidade local sobre o assunto, que a afetaria diretamente, resolvemos marcar uma reunião para apresentar este documento, abrindo a possibilidade para sugestões, críticas construtivas, propostas, enfim: DESDE O INÍCIO INFORMAMOS QUE O DOCUMENTO NÃO ESTAVA FECHADO, E QUE ERA PARA SER DISCUTIDO E ALTERADO EM COMUM ACORDO.

Apesar disso, soubemos que houve uma forte reação da comunidade, que considerou os termos do manifesto muito pesados. Poucas pessoas entraram em contato para explicar exatamente o motivo da reação e propor sugestões. Isto dificultou e retardou o processo democrático e participativo que propusemos na reunião.

Felizmente, conseguimos conversar com alguns poucos membros locais, que se dispuseram a explicar a situação e propuseram algumas sugestões. **A partir dessas informações, e comprovando o que dissemos desde o início – que estávamos abertos a discutir o documento – elaboramos uma nova manifestação**, abrandando os termos e explicamos expressamente a importância do turismo para propiciar o desenvolvimento sustentável, o desenvolvimento humano e a educação ambiental. Defendemos, ainda, que o fechamento do parque somente agravaria os problemas hoje por ele enfrentados.

Há, contudo, alguns pontos que merecem ser mais bem esclarecidos, por serem muito polêmicos:

DIREÇÃO DO PARQUE

Na primeira reunião, havíamos pedido a nomeação de um diretor para o Parque, mas a comunidade, na ocasião, não aceitou o pedido, temendo que entrasse alguém que não se desse bem com a própria comunidade. Além disso, descobrimos que este cargo, de diretor, não existe no Instituto Florestal. O que existe é o cargo de responsável pelo expediente.

Apesar da recusa da comunidade, membros da própria comunidade, além de espeleólogos, continuaram defendendo a nomeação de um administrador que tivesse voz para brigar no Instituto Florestal. Desta forma, tentando agradar todos os gostos, **mantivemos o pedido da nomeação de um responsável, e contratação de uma equipe técnica, na qual, entre outros, deverá existir um responsável pela fiscalização. Assim, abrimos uma brecha para mantermos um cargo para o Sr. Modesto** (embora sem mencionar o nome dele expressamente).

MONITORIA

Uma das questões mais polêmicas entre todas, foi a obrigatoriedade da monitoria. É um assunto complicado inclusive juridicamente, pois há pessoas que defendem que a obrigatoriedade do acompanhamento de monitores é inconstitucional.

Há, por outro lado, uma outra interpretação possível. (O Direito geralmente tem dois lados, cada um defende o seu, e o juiz decide). Assim **entendemos possível defender a obrigatoriedade da monitoria justificando que os monitores são indispensáveis para garantir**

a segurança dos turistas. Mas evidentemente, isso só é possível nas atividades que envolvam algum tipo de risco. Assim, alteramos este tópico na manifestação, informando que a monitoria será obrigatória nos passeios turísticos desenvolvidos em cavernas da região, bem como atividades turísticas que envolvam risco.

Mas o problema não termina aqui. Membros da comunidade sugeriram que fosse obrigatório o acompanhamento de monitores locais. Iniciou-se nova discussão e análise sobre a viabilidade do pedido. Num primeiro momento, chegamos a colocar na petição, e chegamos a imprimir cinco cópias mas, analisando mais detalhadamente, percebemos que juridicamente não seria possível defender a sugestão daquela forma como estava escrita. Isso porque a Constituição determina que todos são iguais perante a lei (art. 5º, CF/88). Assim, se uma pessoa de fora fizer o curso de monitoria, comprovar capacitação e for credenciado não há como, legalmente, fazer essa discriminação só porque a pessoa não é local.

Objetivando mais uma vez conciliar todos os diferentes pontos de vista e ainda, formular um pedido compatível com a Constituição, desenvolvemos na petição que deveria ser obrigatório o acompanhamento de monitores que tivessem realizado curso de monitoria e reciclagem, (nos casos pertinentes), com comprovação de sua capacitação e de seu conhecimento das cavernas da região da região e meio ambiente. Esta foi a forma que encontramos para diferenciar os monitores locais dos demais.

Gostaríamos de lembrar a todos que essa exigência traz uma grande responsabilidade para os monitores. Não é possível defender a obrigatoriedade dos monitores sem defender também sua responsabilidade e a obrigatoriedade de capacitação e reciclagem, pois estamos embasando a tese da obrigatoriedade da monitoria na segurança que o monitor proporciona aos visitantes. Para isso, o monitor deve ser formado, capacitado, e ser responsável por suas atitudes. ‘Todo poder implica em responsabilidade’.

Esclarecendo dúvidas

Existe a possibilidade do parque fechar?

Sim, existe a possibilidade de fechamento do Parque. Isto porque não há plano de manejo, as atividades estão sendo desenvolvidas sem controle, morreram três pessoas no parque este ano, o acidente da Casa de Pedra chegou aos jornais e há procedimentos na Justiça. Desta forma, não há como afastar a possibilidade de fechamento do parque. Nós decidimos nos manifestar para evitar que isso ocorra, mostrando que há propostas alternativas. Mas, evidentemente, não é possível garantir que o parque não será fechado. Apenas acreditamos que o pior a se fazer neste momento, é ficar de braços cruzados, aguardando um próximo acidente. Sabemos que vocês estão se mobilizando junto ao Instituto Florestal, mas são instituições distintas, por isso defendemos a manifestação também junto ao Poder Judiciário.

Quanto tempo vai demorar?

Não há como prever quanto tempo vai demorar para a situação se ajustar e para o acordo ser firmado, nem é possível garantir que o acordo será firmado. Estamos nos manifestando para evitar que os promotores ingressem com uma ação que demoraria anos e anos. Mas a Justiça é lenta. Não temos como prever se o promotor, ao receber nossa petição vai considerar que já tem informações suficientes para firmar o acordo, ou se vai querer continuar investigando. Se ele quiser fechar o acordo, todos os envolvidos precisam concordar, caso contrário, haverá ação. Se isso ocorrer, o processo pode demorar anos. Além disso, também não é possível garantir que todos os nossos pedidos vão ser acatados, pois não somos nós que decidimos isso. Apenas estamos, como vocês (se toparem), pedindo.

Queremos deixar claro que esta petição é uma forma de lutar para que as coisas se resolvam no Petar, para que o turismo se desenvolva de forma sustentável, e com segurança. É nisso que acreditamos e é por isso que estamos nos manifestando. Mas a luta está apenas começando.

PRAZO PARA RESPOSTA DA COMUNIDADE LOCAL

Considerando a necessidade de ingressar com esta manifestação para evitar uma atitude drástica ou incompatível com a realidade do local, mas, por outro lado, entendendo a importância da participação da comunidade local, resolvemos dar um prazo para uma resposta definitiva de vocês.

Assim, estaremos aguardando uma posição de vocês até o dia 26 de novembro, seja para apoiar a nossa iniciativa, seja para não apoiar. Até esta data (26.11) continuaremos abertos a sugestões, propostas e críticas construtivas, que contribuam para elaboração de um documento consistente, coeso, compatível com a realidade do Parque e que reflita o que todos nós defendemos, que é a preservação do meio ambiente e a segurança das pessoas. Precisamos de uma resposta até o dia 26, pois queremos ingressar com a manifestação no máximo na primeira semana de dezembro e, caso vocês concordem, teremos que providenciar procurações ou assinaturas, o que possivelmente vai demorar um pouco.

Por fim, entendemos que seria de grande valia que todos – comunidade espeleológica e comunidade local – pudessem juntos defender a melhoria das condições do Parque, sendo certo que por esse motivo fizemos questão de falar com vocês antes de entrar com essa manifestação.

Estamos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Sendo o que nos cabia para o momento,

Cordialmente,

Comissão Representativa da Comunidade Espeleológica